

Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo

PAUTA PARA A 100° SESSÃO ORDINÁRIA EM 26 DE NOVEMBRO DE 2020

Em pauta por 5 (cinco) sessões, para conhecimento, recebimento de emendas e estudos das Sras. Deputadas e dos Srs. Deputados, de acordo com o artigo 156 e o item 2 do parágrafo único do artigo 148 do Regimento Interno.

1ª Sessão

- 1 Projeto de lei nº 688, de 2020, de autoria do deputado Maurici. Institui o "Mês Dezembro Verde".
- 2 Projeto de decreto legislativo nº 41, de 2020, de autoria do deputado Sargento Neri e outros. Susta o Decreto do Poder Executivo nº 65.295, de 16 de novembro de 2020.
- 3 Moção nº 190, de 2020, de autoria do deputado Frederico d'Avila. Manifesta veemente repúdio ao humorista Léo Lins pelos reiterados discursos de ódio contra os judeus e pelo desrespeito com as pessoas portadoras de Transtorno do Espectro Autista (TEA).

2ª Sessão

- 1 Projeto de lei nº 686, de 2020, de autoria da deputada Adriana Borgo. Institui aos policiais militares e civis, bombeiros militares e agentes penitenciários o direito ao pagamento de meia entrada em estabelecimentos e/ou casas de diversões, praças esportivas ou similares, que promovam espetáculos de lazer, entretenimento e difusão cultural.
- 2 Moção nº 189, de 2020, de autoria do deputado Campos Machado. Repudia a matéria jornalística veiculada pela TV Globo, a propósito de Ação Civil Pública promovida pelo Ministério Público do Estado contra servidores policiais civis, e manifesta total solidariedade aos senhores Delegados de Polícia Domingos Paulo Neto, Aldo Galeano Júnior, Éder Pereira da Silva, Hélio Bressan, José Eduardo Zappi e Wilson Roberto Zampieri.

3ª Sessão

Projeto de lei nº 685, de 2020, de autoria do deputado Castello Branco. Denomina "Delegado Classe Especial Álvaro Vicente de Luca" o Serviço Aerotático - SAT do Departamento de Operações Policiais Estratégicas - DOPE, da Polícia Civil do Estado.

4ª Sessão

- 1 Projeto de lei Complementar nº 32, de 2020, de autoria do deputado Carlos Giannazi. Assegura o direito ao cômputo do tempo de serviço para todos os fins, inclusive para obtenção de vantagens por tempo de serviço como quinquênio, sexta-parte e licença-prêmio, durante a vigência do Programa Federativo de Enfretamento ao Coronavírus SARS-CoV-2.
- 2 Projeto de lei nº 682, de 2020, de autoria do deputado Coronel Nishikawa. Denomina "Coronel Celestino Henriques Fernandes" o edifício do Oitavo Grupamento de Bombeiros da Polícia Militar do Estado de São Paulo, em Santo André.
- 3 Projeto de lei nº 683, de 2020, de autoria da deputada Leticia Aguiar. Denomina "Juliano Aparecido de Freitas" a sede do Departamento Estadual de Investigações Criminais DEIC, em São José dos Campos.
- 4 Moção nº 187, de 2020, de autoria do deputado Carlos Cezar. Manifesta repúdio à malsinada iniciativa da Escola Franco Brasileira de introduzir em seu sistema pedagógico a ideologia de gênero com a pseudodenominação de neutralização gramatical.
- 5 Moção nº 188, de 2020, de autoria do deputado Delegado Bruno Lima. Repudia os ataques injuriosos perpetrados contra a Sra. Ana Lúcia Martins (PT), primeira vereadora negra eleita pelo Município de Joinville/SC, e apela para que os poderes constituídos garantam-lhe proteção, assegurando-lhe os seus direitos fundamentais e universais de pessoa humana.

5ª Sessão

Moção nº 186, de 2020, de autoria da deputada Carla Morando e outros. Manifesta veemente repúdio à decisão proferida pela Primeira Turma do Supremo Tribunal Federal no processo HC 178777, que, por maioria, deferiu a ordem de "habeas corpus", para reestabelecer a decisão absolutória, ante pronunciamento do Conselho de Sentença, formalizado no processo nº

0447.16.001025-5, do Juízo da Comarca de Nova Era - MG, nos termos do voto do Relator, Ministro Marco Aurélio.

Em pauta por 3 (três) sessões para conhecimento, recebimento de emendas e estudos das Sras. Deputadas e dos Srs. Deputados, de acordo com o item 1 do parágrafo único do artigo 148 do Regimento Interno (Urgência).

1ª Sessão

Projeto de lei nº 687, de 2020, de autoria do Sr. Governador. Dispõe sobre a criação do Fundo do Trabalho do Estado de São Paulo - FUNTESP e do Conselho Estadual do Trabalho, Emprego e Renda do Estado de São Paulo - CETER-SP, nos termos da Lei federal nº 13.667, de 17 de maio de 2018.

Em pauta por 2 (duas) sessões, para conhecimento, recebimento de emendas e estudos das Sras. Deputadas e dos Srs. Deputados, de acordo com o § 1º do artigo 151 do Regimento Interno (Redação).

2ª Sessão

Projeto de resolução nº 15, de 2020, de autoria do deputado Campos Machado. Acrescenta o Título XIV - Da Realização de Atividades Parlamentares em Ambiente Virtual, no Contexto da Pandemia Provocada pelo Novo Coronavírus (COVID-19) à Resolução nº 576, de 26 de junho de 1970 - Regimento Interno da Assembleia Legislativa.